



A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: NA VISÃO DA FAMÍLIA

FAMILY'S CONTRIBUTION IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS: IN THE FAMILY'S VIEW

Lenir Marcílio Dutra da Silva¹

Gislene Camargo²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo geral compreender a importância da família no processo de aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Problema que se estabeleceu foi: Quais as contribuições da família no processo de ensino aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na visão da família? Desse modo, configuraram-se os objetivos específicos: descrever a percepção dos pais sobre a importância da família na aprendizagem das crianças; identificar a participação da família na escola; conhecer os motivos apontados pelos pais sobre as dificuldades de contribuir com o processo de aprendizagem. A metodologia utilizada para esta pesquisa foi do tipo básica com abordagem qualitativa e pesquisa de campo. Foi realizada uma entrevista com sete (7) mães com filhos/as frequentando os anos iniciais do Ensino Fundamental, que se dispuseram a participar da pesquisa. A pesquisa bibliográfica contou com a fundamentação teórica embasada em Escott (2004), Scoz et al. (2004), Brasil (2017), Ariés (1981), Targino, Silva e Santos (2017) dentre outros que versam sobre o tema em questão. De acordo com as respostas das mães entrevistadas, há a participação efetiva delas na aprendizagem e vida escolar de seus filhos, no qual, ressaltaram sobre a importância das escolas de desenvolverem estratégias para o diálogo mútuo e participativo, fazendo assim um relacionamento eficiente entre família e escola.

PALAVRAS CHAVE: Família. Filhos. Ensino-aprendizagem. Escola.

ABSTRACT: This article aims to understand the importance of the family in the learning process of children in the early years of elementary school. The intention of researching this theme is to discuss and understand about the role and importance of the family in the teaching and learning of their children. The methodology used for this research was of the basic type with qualitative approach and field research. An interview was conducted at the home of seven mothers who had children attending the early years and who wanted to participate in the

¹ Graduada em Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC. l.m.dutramarcilio@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Coordenadora do Curso de Pedagogia/UNESC. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. gislene@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, n^o3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

research. The bibliographic research also had the theoretical foundation with authors such as, Escott (2004), Scoz et al. (2004), Brasil (2017), Ariés (1981), Targino, Silva e Santos (2017)) and others that deal with the theme in question. According to the answers of the interviewed mothers, there is their effective participation in the learning and school life of their children, in which they stressed the importance of schools to develop strategies for mutual and participatory dialogue, thus making an efficient relationship between family and school.

KEYWORDS: *Family. Children. Teaching-learning. Teachers. School.*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a participação da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Esta pesquisa poderá ajudar na compreensão das ideias que a família tem sobre sua contribuição na aprendizagem de seu/sua filho/a. Sabe-se que a criança aprende desde que nasce e que seu primeiro referencial de experiências de aprendizagem é na família.

A escolha deste tema surgiu por meio de discussões na disciplina de Fundamentos Psicopedagógicos do Ensino, em que se mostrou efetivamente a importância da família nos processos de aprendizagem. A participação da família na escola, pode ter bons efeitos sobre a aprendizagem. A questão que gerou o problema da pesquisa partiu da análise sobre a ideia que a família tem sobre a sua importância no processo de aprendizagem: “Quais as contribuições da família no processo de ensino aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na visão da família?”

Desse modo, estabeleceu-se como objetivo geral, compreender a importância da família no processo de aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trazendo também como objetivos específicos: descrever a percepção dos pais sobre a importância da família na aprendizagem das crianças; identificar a participação da família na escola; conhecer os motivos apontados pelos pais sobre as dificuldades de contribuir com o processo de aprendizagem.

O tema em questão, continua sendo objeto de pesquisa porque nas escolas ainda persiste o assunto, o que leva os pesquisadores a questionar, sobre a participação da família no processo de aprendizagem. O que se mostra relevante investigar se a parceria entre escola e

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

família, realmente é suficiente para diminuir as dificuldades de aprendizagem, ou se ainda há outras questões a serem investigadas.

Entende-se que há múltiplos motivos da não aprendizagem das crianças, sendo assim, a família não seria a única responsável pela não aprendizagem. Por isso, esta pesquisa pretende focar na família e sua relevância na aprendizagem das crianças, pois acredita-se que esse estudo possa contribuir de maneira significativa para pais, responsáveis e professores, na medida em que suscita reflexões sobre a compreensão de que a escola e a família juntas são pilares fundamentais para o sucesso escolar das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O presente artigo está dividido em sessões, a primeira apresenta as notas introdutórias, a segunda com base em autores versa sobre o processo de ensino e aprendizagem na visão psicopedagógica, a terceira também baseada em autores aborda sobre a família e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem, a quarta sessão traz a metodologia, apresentação e a análise dos dados da entrevista realizada com mães que tem filhos/as estudando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a penúltima sessão traz as considerações finais e, por fim, as referências.

2 O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

A Psicopedagogia surgiu para melhorar a qualidade do processo do ensinar e aprender, onde Wolffenbüttel (2005, p. 16), enfatiza que o objeto de estudos desta área “[...] é o aprender e o não aprender. Onde existirem situações de aprendizagem, há espaço de reflexão psicopedagógica”. Ainda para a autora, a Psicopedagogia é introduzida na educação para promover novas perspectivas de reflexão do ensino e aprendizagem, seja de professores ou alunos, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Escott (2004, p. 17) complementa dizendo que toda prática psicopedagógica “[...] está subordinada a concepção de construção do conhecimento, de aprendizagem, que define, em si mesma, uma visão de homem e sociedade [...]”.

As dificuldades de aprendizagem apresentada por grande parte dos alunos resultam de diversos fatores como, orgânicos, afetivos, cognitivos, também físico, ou seja, o

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

ambiente social no qual as crianças vivem, o sistema de ensino e a estrutura familiar. Segundo Escott (2004, p. 66) na visão psicopedagógica são compreendidas como “[...] o sintoma de uma dinâmica de relações entre o sujeito que “não aprende” e o meio familiar e social em que vive, onde esse não aprender tem um significado [...]”. Sendo que para a prevenção destas dificuldades na escola, ainda segundo a mesma autora (2004, p. 71),

[...] é o de criar um espaço onde a criança tenha um bom ambiente para a construção do conhecimento, um local que lhe dê condições de interagir com uma diversidade de materiais e com o grupo de pares. Um espaço que ouse inovar através de uma nova didática que atenda a cada aluno e a todos.

Um dos subsídios da psicopedagogia é no âmbito da família, no qual é possível proporcionar aos pais uma compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem de seus/suas filhos/as, trazendo por meio de estratégias a família para o contexto escolar, explicitando sobre sua importância como complemento nas diferentes maneiras de aprendizagem e, ainda, propiciando o respeito às limitações/diferenças de seus/suas filhos/as (SCOZ et al., 2004). Cabe ao psicopedagogo buscar o significado de aprender tanto com a criança quanto na família, assim poderá obter a efetiva participação dos pais no processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Scoz et al. (2004, p. 181) ainda aponta sobre a interferência positiva ou negativa da família neste processo, no qual é fundamental,

[...] compreendê-las em suas interações e significados sobre o que consiste a autoria de pensamento na formação do sujeito autor, como poder diferenciar-se de suas famílias de origem, acaba sendo um ponto crucial nos estudos sobre a família, no desempenho de sua função educativa.

Conforme a citação, este profissional não deve somente trabalhar com os alunos e professores, mas priorizar o foco na família, na relação afetiva da criança com seus entes, se há acompanhamento das atividades escolares, o entendimento dos pais em relação a função da escola, as responsabilidades dos mesmos para que ocorra o processo de aprendizagem, entre outras estratégias.

Nessa linha de pensamento, a Psicopedagogia pode ser exercida em dois campos de atuação, a Clínica e a Institucional, as duas estão atreladas ao processo de aprendizagem. O

profissional que atua na Psicopedagogia Clínica, trabalha por meio do atendimento individual, em clínica, recorrendo aos pais e escola. As primeiras sessões são destinadas ao diagnóstico, especialmente para identificar a causa e não o sintoma. Desse modo, também Wolffenbüttel (2005), compreende que a Psicopedagogia Clínica atua com uma intervenção terapêutica, psicopedagógica, sistemática em indivíduos com dificuldades de aprendizagem, enquanto, que, a Psicopedagogia Institucional, conhecida também como preventiva, atua diretamente no contexto escolar, podendo identificar os verdadeiros fatores que influenciam processo de aprendizagem, prevenindo que as dificuldades ocorram.

A Psicopedagogia Institucional trabalha na instituição, que pode ser escola, hospital, organizações, entre outras. O foco da Institucional é o trabalho em grupo, pode ser com pais, alunos, entre outros. Como é possível observar nas palavras de Escott (2004, p. 16), a psicopedagogia Institucional age “[...] em especial no diagnóstico dos processos de aprendizagem, como forma de qualificar e contribuir na prevenção das dificuldades de aprendizagem no espaço escolar”. Esta tem caráter preventivo, entende-se que é necessário a mobilização social, onde a valorização dos indivíduos deve ser realizável, no qual, a melhoria do processo de ensino e aprendizagem sejam constantes. Conforme complementa Scoz et al. (2004, p. 73), a Psicopedagogia “[...] deve estar aberta à busca constante de significados e de um olhar diferenciado à própria vida”.

No Brasil, a Psicopedagogia, vem favorecendo crescentemente num processo de busca por soluções e alternativas para os problemas da não-aprendizagem, que se alargam no dia-a-dia das instituições escolares, das quais, essas consequências se fazem gradualmente presentes no âmbito social (SCOZ et al., 2004). Ressalta, Escott (2004, p. 21) que a Psicopedagogia brasileira direciona para uma postura moderna, no qual, estes profissionais,

[...] passam a transitar entre as teorias da Pedagogia, Psicogenética e os referenciais da Psicanálise, integrando, assim, em sua práxis psicopedagógica, o inconsciente. Como campo de conhecimento interdisciplinar, a Psicopedagogia passa a integrar outras tantas áreas do conhecimento como a Neurologia, a Linguística, a Psicomotricidade, para compreender e intervir nos processos de aprendizagem e não-aprendizagem.

É possível perceber com a citação da autora acima, que na educação brasileira, a Psicopedagogia compreende inúmeras áreas de conhecimentos para assim poder identificar os Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

problemas da não-aprendizagem e encontrar alternativas para propiciar a qualidade da aprendizagem. Nesse sentido, a Psicopedagogia é considerada interdisciplinar, pois, para constituição do seu campo de estudos, necessita de diversas áreas do conhecimento.

Na visão psicopedagógica, segundo Escott (2004, p. 24), o processo de construção do conhecimento “[...] precisa pensar dialeticamente os aspectos afetivos, cognitivos e sociais que, não, necessariamente, estão implícitos no ato de aprender”. Assim, o objetivo da Psicopedagogia é compreender mais sobre o indivíduo para que a partir disso, o profissional desta área com seus métodos possa auxiliá-lo a vencer suas situações adversas, dominar suas dificuldades de aprendizagem e interpretar os fatores que prejudicam esse processo, procurando a composição de pensamento, tendo como o seu grande desafio em três pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser (SCOZ et al., 2004).

Neste contexto, apresentou-se o papel da psicopedagogia no ensino e aprendizagem e suas estratégias no que tange à participação da família neste processo. Sendo que, na sessão a seguir fez-se necessário, descrever brevemente sobre o documento denominado Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece referências para os currículos escolares de escolas brasileiras, sejam elas públicas ou particulares.

2.1 Base Nacional Comum Curricular – BNCC: diretrizes de ensino e aprendizagem

Para a qualidade da aprendizagem nas instituições escolares brasileiras, sejam elas públicas ou particulares, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) desenvolveu um documento norteador, completo e contemporâneo denominado Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem por objetivo “[...] garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos” (BRASIL, 2017, p. 5).

Em outras palavras, a Base indica o ponto que se quer chegar e o Currículo delinea o caminho até lá (BRASIL, 2017). Este documento não se trata de um currículo, mas sim, uma base de referência nacional obrigatória, ou seja, de cunho normativo. É considerado

uma parte do currículo, pois tem a função orientar os profissionais de educação para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas instituições escolares.

Compreende-se que a BNCC estabelece normatizações para que a educação básica brasileira promova a formação integral e o desenvolvimento humano global dos estudantes, para que estes sejam preparados para desenvolver uma sociedade democrática, ética, justa, inclusiva, solidária, sustentável e responsável. Este avanço na educação brasileira não modifica somente os métodos de ensino, mas também o conjunto de valores e a abordagem de outras áreas de conhecimento que formam os cidadãos. Segundo Brasil (2017, p. 20) deverão ser contempladas em habilidades dos componentes curriculares de acordo com os anos de ensino, assuntos como “[...] saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural”.

A Base, como é denominada, norteará na contribuição do “[...] alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2017, p. 8).

A educação é direito de todos, conforme institui o Cap. III, Seção I, Art. 2005 da Constituição Federal a LBDEN, em seu artigo 2º, que determina:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Por isso que a BNCC é um instrumento imprescindível para garantir o acesso e a permanência dos educandos nas instituições escolares, mas para que isso ocorra é fundamental que redes e escolas possam garantir um nível comunitário de aprendizagens e conhecimentos a todos os alunos (BRASIL, 2017).

Para entendermos como funciona a orientação proposta pela Base, utilizamos um exemplo simples, a alfabetização dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, no qual este documento regulamenta que estes educandos já estejam lendo, escrevendo e compreendendo, sendo que este limite era somente previsto para o 3º ano, subentendemos que a Base determina um novo direito e objetivos de aprendizagem vigentes. Porém, conforme, a BNCC Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

(BRASIL, 2017), as escolas terão autonomia para escolherem seus métodos de alfabetização, os conteúdos e recursos utilizados de acordo com a região ou local ao qual os alunos estão inseridos, a maneira de avaliar, assim como, o processo de envolvimento e participação dos familiares e de toda comunidade escolar.

A BNCC foca na exclusão das desigualdades, oportuniza possibilidades e direitos, determina conteúdos fundamentais, no qual, todos os indivíduos de escolas públicas e particulares deverão ter discernimento do que será ensinado e aprendido, desde escolas centrais até as rurais, para tal, oportunizará por meio do Ministério da Educação da qualificação dos profissionais da educação e disponibilizará recursos para esta nova determinação (BRASIL, 2017). Ainda de acordo com Brasil (2017, p. 36), que a nova educação esteja pautada em:

[...] acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los com suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar [...].

A família, de acordo com este documento é de fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem, já que “Vida familiar e social” é um dos temas contemporâneos transversais estabelecidos pela Base, além de serem trabalhados no contexto escolar, as instituições brasileiras deverão nas reuniões pedagógicas explicar aos pais/familiares a função deste documento para o processo de ensino e aprendizagem de seus/as filhos/as em cada etapa de ensino e os próprios pais deverão se tornarem partícipes ativos da educação escolar de seus/as filhos/as.

Nesta sessão descreveu-se brevemente sobre o documento contemporâneo BNCC, este que estabelece normatizações de aprendizagens essenciais para trabalhar nas instituições escolares, oportunizando autonomia aos estabelecimentos de ensino de todas as regiões do Brasil para que possam ensinar de acordo com a realidade socio-histórico-cultural que os alunos estão inseridos. Visto que, no documento há abordagem da família como um dos temas transversais e, também, da participação da mesma na educação/escola, a sessão a seguir

aborda exclusivamente sobre a família e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem.

3 FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Desde os tempos mais antigos, a família é a base da construção da sociedade e da formação do sujeito. É no laço familiar que se constrói valores e princípios para uma boa convivência na sociedade. Neste sentido, compreende-se que o desenvolvimento da sociedade e o reconhecimento de direito dos indivíduos que a compõem são responsáveis pela evolução da família, enquanto entidade e das relações pessoais e patrimoniais de seus membros (TARGINO; SILVA; SANTOS, 2017).

No período primitivo, todos os membros da família eram considerados iguais, viviam, comiam, se vestiam da mesma maneira e eram tratados sem diferenciação, ou seja, a criança não se diferenciava do adulto. Viviam entre si, sem vínculos sentimentais (ARIÈS, 1981).

De acordo com o pensamento de Ariès (1981), a família ao longo do tempo foi passando por várias transformações. Uma questão essencial foi o fortalecimento dos sentimentos dos pais com relação aos filhos. A vida era extremamente coletiva, sendo a casa a extensão da rua. Então, foi relevante a mudança na estrutura das casas para que a família realmente existisse, pois era normal as casas terem somente um cômodo, não havendo privacidade, mas quando estas passaram a terem compartimentos, a família passou a ter vida particular. Ainda conforme o mesmo autor, a linhagem de sangue passou a ser valorizada resultando no esforço para que as pessoas pudessem manter o nome da família.

Só então, a partir do século XVI, quando a repreensão das igrejas, educadores e moralistas, os pais passaram a dar atenção e cuidados aos filhos para que estes pudessem sobreviver, assim como modificações nos princípios comportamentais entre pais, filhos e sociedade, pois as crianças eram tratadas como adultos em miniatura. Contudo, a mudança na educação das crianças teve forte influência para a construção da identidade das famílias. A partir do século XVIII, com o aparecimento do sentimento de família e da preocupação dos

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

pais em relação a seus filhos, surgiram novas regras em relação a vida das crianças. Elas passam a ser cuidadas e educadas diferente dos adultos, surgindo assim a preocupação com seu aprendizado e com isso a educação formal (ARIÈS, 1981).

Na constituição, as famílias atuais são compostas por outros núcleos familiares, ou seja, antigamente, a família era composta por pai (homem), mãe (mulher) e filhos (praticamente do mesmo casamento, da união destes), porém hoje, há a união de indivíduos homossexuais, mulheres ou pais solteiros, filhos de outros casamentos, adoções, etc. Estas novas estruturas provocam transformações intensas na cultura, no social, assim como, nos valores, costumes e crenças dos educandos propiciando impactos na educação destes, no qual, as escolas não podem desempenhar um papel exclusivo e preconceituoso para com estas crianças, a prática pedagógica deve ser transformadora, respeitando os valores morais e éticos de cada aluno (TARGINO; SILVA; SANTOS, 2017).

O tema da participação dos pais junto a seus filhos na escola, está instituído no Art. 12 da LDB 9394/96, que estabelece à escola a incumbência de “[...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; ”. Ainda de acordo com a Lei, em seu Art. 32 que trata especificamente do Ensino Fundamental obrigatório, denota sobre o “[...] IV – o fortalecimento dos vínculos de família [...]” (BRASIL, 1996, p. 1). No entanto, na realidade escolar, é possível observar dificuldades preocupantes no que tange ao momento do ensino aprendizagem das crianças, do preparo para o exercício da cidadania, corroborando para as dificuldades de aprendizagem, devido a ausência ou a participação da família na educação/escola, tornando-se contrária as diretrizes da lei e do argumento anunciado na formação de Pedagogia sobre que a família e escola de mãos dadas são mais fortes para uma educação de qualidade. Conforme ressaltam Scoz et al. (2004), a intervenção e participação da família é efetiva no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Mesmo que devido a transformação das estruturas familiares e da mulher que ingressou ao mercado de trabalho, alterando assim, a dinâmica familiar e as funções da família, onde mães acabam passando pouco tempo com seus filhos, deixando a mercê de babás ou em escola em tempo integral. Paro (2000, p. 25) expõe que a participação da família na escola tem dois lados fundamentais:

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

[...] Em primeiro lugar, trata-se do argumento contrário a essa prática sob a alegação de que a função de ensinar é da escola, não cabendo aos pais arcar com encargos profissionais que são específicos desta. Em outras palavras, alega-se que os pais têm o direito a uma boa educação escolar para seus filhos, sem ter de trabalhar também para a escola. A preocupação é procedente diante das arbitrariedades que costumam acompanhar o discurso e as práticas relacionadas ao tema, mas é preciso um maior esclarecimento do assunto. Por um lado, o fato de a escola ter funções específicas não a isenta de levar em conta a continuidade entre a educação familiar e a escolar; por outro, é possível imaginar um tipo de relação entre pais e escola que não esteja fundada na exploração dos primeiros pela segunda. É possível imaginar um tipo de relação que não consista simplesmente de uma “ajuda” gratuita dos pais à escola. Pode-se pensar em uma integração dos pais à escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e, *ipso facto*, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos.

Sabemos que a família é a primeira instituição, no qual as crianças se relacionam, vivenciam experiências e refletem em sua forma de agir, pensar, constroem valores por meio das interações sociais, porém a escola como sendo sua segunda instituição deve promover ao educando e seus familiares momentos para que se sintam confortáveis e seguros para participar efetivamente na vivência escolar de suas crianças. As duas tem obrigações fundamentais na educação das crianças, que conforme Targino, Silva e Santos (2017, p. 59-60) enfatizam essas diferenças:

[...] Obrigações essenciais dos pais. Reflete as ações e atitudes da família ligadas ao desenvolvimento integral da criança e à promoção da saúde, proteção e repertórios evolutivos. Além da capacidade de atender às demandas da criança, considerando sua etapa de desenvolvimento para inserção na escolarização formal, é tarefa da família criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo acompanhamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de estudos e às tarefas escolares.

[...] Obrigações essenciais da escola. Retrata as diferentes formas e estratégias adotadas pela escola com o intuito de apresentar e discutir os tipos de programas existentes na escola e evidenciar os progressos da criança, em diferentes níveis, para os pais ou responsáveis. As formas de comunicação da escola com a família variam, incluindo desde mensagens, jornais, livretos, convites e boletins até observações na agenda do aluno. A explicitação das normas adotadas, do funcionamento geral da escola, dos métodos de ensino e de avaliação e a abertura de espaços, onde os pais possam participar ativamente e dar suas opiniões sobre estes temas, é estratégico.

De acordo com a citação acima, compreendemos que família e escola têm papéis diferentes em relação à participação da educação das crianças. A família é o suporte para ensinar à criança os valores culturais, morais e sociais, já a escola tem o papel fundamental de

criar possibilidades e desenvolver novas habilidades e competências, a partir do conhecimento adquirido no seio familiar e social.

Desde 1980, a (UNESCO) Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, vem discutindo sobre a participação da família na escola e no ensino aprendizagem de seus filhos, principalmente no pré-escolar e nos primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Para que essa participação seja realmente efetiva, é necessário que as instituições de ensino elaborem estratégias, que segundo Targino, Silva e Santos (2017, p. 53):

[...] incentivo de oferecer aos pais informações e conceitos básicos sobre a evolução de seus filhos, orientando-os no que diz respeito às atividades extraclasses, alimentando-os em seu cotidiano via conhecimentos acadêmicos na troca de informações entre pais e professores, em reuniões que ofereçam estrutura compatível com um clima de confraternização e que reúnam docentes, discentes, pais ou responsáveis, além do pessoal técnico-administrativo. Ou seja, programas de apoio acadêmico ou social constituem o primeiro passo facilitador da almejada aproximação.

Estas estratégias são algumas das ações que podem colaborar para que a família venha participar ativamente do ensino aprendizagem de seus filhos, porém outras alternativas podem ser realizadas, pois conforme a LDB 9394/96, em seu Art. 2 a educação é “[...] inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 1). Quer dizer, que tem a liberdade de encontrar ações de acordo com a realidade histórico-cultural de cada instituição para propiciar continuamente a verdadeira parceria de família e escola, assim como no ensino aprendizagem de suas crianças.

Neste item, de acordo com os autores citados, observamos o quão é importante a participação da família no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois como esta é a primeira instituição que a criança tem contato e são desenvolvidos sua formação moral, no qual são apreendidos os valores morais, sociais e culturais, sendo a escola a segunda instituição que consolida formalmente de maneira sistematizada estas aprendizagens.

Na sessão seguinte, são apresentadas a metodologia utilizada neste estudo, assim como a apresentação e análise de dados, onde utilizamos como instrumento de pesquisa, a

entrevista, sendo que os sujeitos, foram mães que tinham filhos/as que frequentavam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

4 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a importância da família no processo de aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A intenção de pesquisar este tema é o de discutir e compreender sobre a função e importância da família, ou seja, pais e responsáveis no ensino e aprendizagem de seus filhos, pois o seio familiar é o corresponsável pelo desenvolvimento das crianças, sendo a escola a que complementa as ações da família.

Para dar conta do estudo em questão, a metodologia utilizada foi uma pesquisa de natureza básica, pois a pesquisadora procurou ampliar seus conhecimentos científicos, e não resolver os problemas que aqui foram citados. Este tipo de pesquisa para Gil (2010) aglutina estudos que tem como objetivo completar uma lacuna no conhecimento.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois buscou compreender o comportamento das partes envolvidas, ou seja, suas experiências individuais e observações que são relatadas por meio das entrevistas. Para Siena (2007) os pesquisadores usam as abordagens qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas que eles estudam. A base da investigação qualitativa reside na abordagem interpretativa da realidade social. Ainda, segundo Gil (2010), a pesquisa qualitativa trata-se de uma metodologia de pesquisa que não é estruturada, mas é exploratória e tem como base pequenas amostras que propiciam pontos de vistas e entendimentos em relação ao problema.

Optou-se pela pesquisa de campo, utilizando como instrumento a entrevista. O questionário ou entrevista, segundo Gil (2010, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Desse modo, a entrevista nessa pesquisa foi aplicada à pais ou responsáveis.

Conforme o problema dessa pesquisa, os pais responsáveis têm filhos/as frequentando a educação básica, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Os sujeitos da pesquisa foram convidados e aos que aceitaram, foi aplicada a entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas nas próprias casas dos pais/responsáveis. Após combinar os horários, foi apresentado o termo de consentimento e realizada a entrevista. A coleta de dados se deu nos meses de agosto e setembro/2019. As entrevistas foram gravadas em um dispositivo móvel e transcritas, totalizando em 6 folhas A4.

Atesta-se que as entrevistas foram realizadas com sete (7) mães, por apresentarem maior disponibilidade. Por escolha da pesquisadora, essas mães foram identificadas com nome de flores: Margarida, Petúnia, Violeta, Orquídea, Rosa, Mimosa, Onze Horas. No quadro a seguir, apresenta-se o perfil das mães entrevistadas, contendo os nomes fictícios, a idade, o número de filhos e o grau de escolaridade, quanto a isso, consideramos importante saber, pois pode influenciar no momento de contribuir com as tarefas das crianças.

Quadro 1: Perfil das mães entrevistadas

Nome da Entrevistada	Grau de Escolaridade	Idade	Número de filhos/as
Margarida	Ensino Fundamental incompleto	35 anos	5
Petúnia	Ensino Fundamental incompleto	34 anos	2
Violeta	Superior incompleto	38 anos	3
Orquídea	Superior completo	38 anos	2
Rosa	Superior completo	29 anos	2
Mimosa	Superior completo	39 anos	1
Onze Horas	Ensino Técnico - Magistério	34 anos	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Dos/as filhos/as que frequentam os anos iniciais do Ensino Fundamental: Violeta, Mimosa e Onze Horas têm filhas que estão no 5º ano; Margarida têm uma menina no 3º ano e a outra no 4º ano; Petúnia tem uma filha e Orquídea um filho, ambos frequentam o 2º ano; e Rosa têm dois meninos, um frequentando o 1º ano e o outro o 5º ano.

Após a transcrição das respostas, as mesmas foram agrupadas em dois blocos de análise: A contribuição da escola para a participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos/as filhos/as, e “Sobre minha contribuição com a escola, procuro fazer meu papel como responsável pela criança”: A contribuição dos pais/responsáveis com o processo de ensino e

aprendizagem.

4.1 A contribuição da escola para a participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos/as filhos/as

Os documentos oficiais nacionais versam sobre a importância da família (pais/responsáveis) para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos em prol de uma educação de qualidade. Na BNCC, segundo Brasil (2017), além de abordar como tema transversal a vida familiar, estrutura sua metodologia de ensino pautada na vivência e conhecimentos adquiridos no contexto da família, no qual é imprescindível a articulação de propostas pedagógicas com a complementação da educação familiar. Este documento ainda estabelece que os pais/responsáveis devam acompanhar diariamente o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos em cada etapa de ensino, desenvolvendo uma parceria efetiva entre família e escola.

Na realidade das escolas é possível perceber a não participação dos pais/responsáveis na vida escolar de seus/as filhos/as, sendo que esse fato ocorre por inúmeros fatores, sendo os mais recorrentes, o desinteresse das famílias ou a escassez de projetos oferecidos pelas escolas para a realização desta contribuição, ou seja, o desenvolvimento do elo entre pais/responsáveis e escola. Porém, de acordo, com as respostas das mães entrevistadas, é positiva esta participação, onde utilizaram adjetivos como boa, bem participativa e tranquila. As respostas foram unânimes em relação a participação em reuniões, entregas de boletins, festas proporcionadas pela instituição, cadernos de atividades, tarefas e recados.

As falas de duas mães se destacaram. A primeira foi de Petúnia, afirmando que existe uma participação mútua entre escola e família, conforme é possível observar: *“Bem participativa, indo na escola quando sou chamada, às vezes pra perguntar se está havendo algum problema, às vezes por alguma reclamação dela, daí eu vou ver o que está acontecendo”*. Esta mãe está atenta as reclamações de sua filha, no qual, percebendo as inquietudes da criança, procura a escola e a professora para sanar dúvidas e possíveis problemas.

Já, Rosa é mais persistente, pois, segundo ela: “*Procuro me manter presente na vida escolar deles, conversando com as professoras a cada 15 dias para saber tanto da aprendizagem, quanto do comportamento dos meus filhos*”. As mães estão cientes de suas funções como responsáveis na educação, participação da vida escolar de seus/as filhos/as e de seus direitos que estão garantidos por lei. Destaca-se aqui o Art. 12 da LDB 9394/96 “[...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” e Art. 32 sobre “[...] IV – o fortalecimento dos vínculos de família [...]” (BRASIL, 1996, p. 1).

A família tem obrigações essenciais na vida escolar de seus entes, segundo Targino, Silva e Santos (2017), cabe aos pais/responsáveis participar do desenvolvimento integral da criança, criar um ambiente favorável para a aprendizagem escolar, acompanhar sistematicamente a evolução das crianças, orientar continuamente sobre os hábitos de estudos e momentos significativos de aprendizagem por meio das tarefas escolares.

Ao serem questionadas sobre a frequência de reuniões na escola, quais assuntos são tratados nestas reuniões e se a escola proporciona orientações para o auxílio nas tarefas e atividades, as mães responderam em unanimidade que orientam. Determinadas mães destacaram pontos significativos, como reuniões para falar sobre o comportamento:

Na maioria das vezes só na entrega do boletim... Fala do comportamento delas, sobre alguns assuntos é **falar mal dos alunos**, mas eles só sabem reclamar dos alunos (risos)... tem umas professoras que ao invés de falar bem dos alunos, ficam julgando muito os alunos, se ela tem alguma coisa para falar para o aluno, elas não falam para o aluno, elas ofendem o aluno na frente de todo mundo, deixa o aluno constrangido... **única orientação para os pais é para olhar os cadernos**, pra ver se estão copiando... (Margarida, 2019, grifo da autora).

Destaca-se nessa fala de Margarida, a importância que a escola confere ao mau comportamento dos alunos. A mãe expressa em sua fala que gostaria de ouvir elogios e não só reclamações. Esse dado é importante pois, é um dos meios de afastamento dos pais da escola. O que destaca também Onze Horas “A cada três meses, geralmente, tem uma reunião, falam de **comportamento**, notas” (grifo da autora). Outras mães destacam o comportamento:

A cada trimestre para entrega de boletim, os assuntos são **sobre o comportamento** das crianças, sobre a higiene pessoal das crianças, sobre contribuições financeiras da Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

família para a escola, esses são os principais assuntos que eles falam pra gente... sim a escola orienta que a gente tem que deixar as crianças aprenderem sozinhas, que a gente não pode fazer a tarefa por elas, só ensinar e deixar eles aprenderem sozinhos (Violeta, 2019, grifo da autora).

Participando das reuniões, acompanhando o desempenho do meu filho na escola. Participo de todas as reuniões: sobre **comportamento** da turma, desempenho escolar, manutenção da escola. Sim orienta (Mimosa, 2019, grifo da autora).

Os autores Targino, Silva e Santos (2017) apontam para a necessidade das escolas de desenvolverem estratégias que visem a participação efetiva da família ou responsáveis no cotidiano escolar das crianças, no qual, é preciso transformar as reuniões de pais/mães e professores, oferecendo informações sobre o desempenho de seus/as filhos/as, realizando efetivamente um diálogo entre escola e família, não somente uma enxurrada de reclamações.

O comportamento é importante, pois diz respeito também aos ensinamentos de casa, porém, podem estar relacionados a vários fatores, inclusive a metodologia da escola. Nesse sentido, a escola poderia contribuir mais para o acolhimento dos pais e juntos buscarem soluções viáveis em consonância na parceria.

4.2 “Sobre minha contribuição com a escola, procuro fazer meu papel como responsável pela criança”: A contribuição dos pais/responsáveis com o processo de ensino e aprendizagem

Essa sessão inicia com uma fala significativa de uma mãe, onde se coloca no lugar de responsabilidade. Desse modo, ao serem questionadas sobre o acompanhamento da aprendizagem de seu/sua filho/a e de que forma ajudam, todas as mães entrevistadas foram unânimes ao dizerem que acompanham e participam da aprendizagem de seus/as filhos/as, porém as mães Margarida e Petúnia, por não terem concluído o Ensino Fundamental, dizem que possuem dificuldades em algumas tarefas, então, quando ocorrem estas dúvidas, as duas buscam auxílio dos/as filhos/as mais velhos/as. As demais mães, apontaram que ajudam nos estudos para prova, tarefas, recados e desenvolvimento de trabalhos.

Por isso que o desempenho das crianças na escola deriva do auxílio que estas recebem ou não pelos seus familiares, conforme ressaltam Castro e Regattieri (2009, p. 7) que

“[...] inúmeras pesquisas nacionais e internacionais que têm demonstrado que a origem e os apoios familiares – que vão desde as expectativas positivas até investimentos de tempo e financeiros na carreira escolar dos filhos – impactam decisivamente no desempenho escolar de crianças e jovens”.

Em relação às dificuldades de aprendizagem e se foi preciso encaminhamento à especialistas, as mães Violeta, Orquídea, Mimosa e Onze Horas não passaram por essa experiência. Porém, a Margarida relatou o seguinte fato:

Sim... a professora notou que ela tinha dificuldade, me avisou e aí encaminhou para o médico neuro, aí ela está fazendo tratamento, tomando *Risperidona*, foi identificado já no primeiro ano do EF. Primeiro, eles falaram que ela tinha *déficit* de atenção, depois hiperativa e agora ela tem mais a... (esqueceu o nome) ... deficiência mental leve. (Margarida, 2019).

A mãe informou ainda, que a menina tem 10 anos e está no 4º ano e ela não lê, apenas copia. A mãe Petúnia, argumentou que sua filha também apresentou uma dificuldade leve em relação a escrita “emendada”, ou seja, letra cursiva, mas com o auxílio da mãe e da professora, a menina conseguiu superar este problema, não precisando contactar especialistas.

Rosa apontou que na aprendizagem seu filho não apresentou nenhuma dificuldade, porém foi na parte comportamental, que o menino teve complicações, devido ao “seu gênio muito forte não aceitava a opinião dos colegas, o que lhe deixava irritado ao ponto de partir para a agressão”. Relatou que levou seu filho a um psicólogo, porém o que resolveu o fato foram os castigos, ou seja, a retirada das coisas que ele gostava para que ele sentisse a falta, e assim, ela conversava com ele, a respeito deste comportamento.

Notou-se nas falas das mães entrevistadas que tiveram filhos/as com dificuldades, que nenhuma destas crianças foi encaminhada à atendimento psicopedagógico, que estuda o aprender e o não aprender, segundo Wolffenbüttel (2005, p. 16), “[...] onde existirem situações de aprendizagem, há espaço de reflexão psicopedagógica”. A autora ressalta ao fato das dificuldades de aprendizagem, no qual o objetivo deste campo é promover novas concepções de análise ao ensino e aprendizagem de alunos e professores que estejam passando por algum problema no momento. Escott (2004) complementa que este profissional diagnostica os processos de aprendizagem e seus fatores da não-aprendizagem contribuindo

preventivamente para que não ocorram as dificuldades no contexto escolar. Das dificuldades citadas pelas mães, a que necessitaria de atendimento especializado, seria a filha de Margarida.

Ao questionar as entrevistadas sobre a aptidão para auxiliar nas tarefas e quais foram as dificuldades para a contribuição com a aprendizagem de seu/sua filho/a, as mães Violeta, Orquídea, Rosa e Mimosa foram positivas em suas respostas. Porém, Margarida por ter sua filha diagnosticada com deficiência mental leve, sente-se com dificuldade em auxiliá-la e pede ajuda para os irmãos mais velhos, conforme sua fala:

Auxilio para ela não faltar aula, para tentar ajudar ela... quando ela não conseguir, falar que ela vai conseguir... não deixar os outros dizerem que “eu sei e que ela não sabe”... Às vezes é difícil, porque ela não é como ela é, porque ela se dispersa fácil... Depende, em algumas coisas sinto dificuldade... Maior dificuldade é quando eu quero ensinar e ela não presta atenção, daí não **tenho paciência**, daí pede ajuda para os irmãos mais velhos. (Margarida, 2019, grifo da autora)

Petúnia tem dificuldades de auxiliar, pois ela tem Ensino Fundamental incompleto, mas mesmo que não saiba dos conteúdos, a mãe pede ajuda ao filho mais velho. O mesmo ocorre com Onze Horas, que relatou ter dificuldades com o ensino de matemática, e então, pede ajuda a filha mais velha. Diferente de Orquídea, sempre atenta à evolução da aprendizagem de seu filho, otimizou seus horários de afazeres e estabeleceu uma rotina diária de estudos com acompanhamento dela, caso ela identifique dificuldades, realiza mais revisões sobre o conteúdo, retira dúvidas e procura sempre diminuir as dificuldades.

Enfim, o último questionamento trata-se sobre uma sugestão dos/as entrevistados/as para a contribuição de melhorias para a escola. A mãe Petúnia não propôs nenhuma sugestão, Orquídea, Rosa e Mimosa, não entenderam muito bem esta questão, o que indica que não estão habituadas a contribuir com a escola, apenas vão às reuniões para repasse de recados ou para ouvirem o que é de interesse da escola.

A mãe Onze Horas, elencou “*De repente alguns serviços voluntários em festas... nas hortas... em coisas assim... É muito importante a participação dos pais na escola*”. Ela acredita que ações sociais poderão se tornar eficiente, desse modo, os autores Targino, Silva e Santos (2017) ressaltam sobre a importância das escolas em desenvolverem programas de apoio sociais ou acadêmicos para o incentivo da participação eficiente da família na escola.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

A mãe Margarida, acredita que a solução para este quesito, é a comunicação efetiva entre responsáveis/mães com os professores, nos quais deve haver uma troca de informações entre eles. Os professores poderiam desenvolver estratégias de relação com mães e responsáveis, estabelecendo um diálogo aberto e firme, no qual, ambos possam realizar uma troca de informações.

A mãe Violeta, expressou sua indignação a um fato ocorrido com sua filha relacionado a rótulos – Bullying - no qual, a professora e a equipe diretiva “não fizeram nada” em relação a isso, conforme expressa em sua fala:

Olha, no meu papel de mãe já contribuo o suficiente, até demais, as vezes, né... porque as vezes tem coisas que a escola apresenta que eu não concordo, daí eu vou na escola e falo que não estou gostando de como a minha filha já foi, já teve problema de bullying, ano passado, no 4º ano, no qual não foi resolvido, e sinto que a escola poderia ter, né, trabalhado essa parte, porque ela sofreu do início ao final do ano, sendo chamada de macaca e quatro olho, foi aonde ela não queria mais ir para a escola, e **a escola poderia ter trabalhado mais nesta questão, com os pais da criança, no caso, o menino que estava mexendo com ela através do bullying** e eu vi que a escola não estava nem aí, daí foi mais em cima, questionar, atrás da professora, fui atrás da diretora, queria conversar com a mãe do menino, mas mesmo assim **a diretora não ajudou muito nesta questão não**. (Violeta, 2019, grifo da autora).

Diante deste acontecimento ora aqui relatado pela mãe entrevistada, é possível perceber que não foi cumprido o dever estabelecido na LDB 9394/96, no Inciso IV do Art. 3º “Respeito à liberdade e apreço à intolerância” (BRASIL, 1996, p. 1), que nada mais é, que a escola deve abordar em seus conteúdos disciplinares o respeito e a intolerância ao próximo aos seus alunos.

O trabalho de conscientização e respeito, deve iniciar na família, pois segundo Targino, Silva e Santos (2017), é neste contexto que são transmitidos e construídos os valores éticos, morais e sociais, as ideias, as crenças, bons costumes e os significados, este seio que influencia na formação das crianças que estão em fase de escolarização. Já a escola, ainda conforme Targino, Silva e Santos (2017, p. 49) deve contribuir “[...] na formação cultural do aluno, voltada para atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas e sociais que se efetivam através de planejamento pedagógico eficiente e eficaz”. Em outras palavras, deve partir da família, os ensinamentos em relação ao respeito ao próximo, honestidade,

solidariedade, cortesia, responsabilidade, humildade, tolerância às diferenças, perseverança, entre outros. Assim a ação entre escola e família é imprescindível para que a criança consiga se desenvolver integralmente.

5 CONCLUSÃO

Como os próprios documentos nacionais abordam sobre a presença da família na escola e de sua contribuição efetiva, as mães/pais/responsáveis precisam frequentar ativamente a escola de seus filhos assim como auxiliá-los na aprendizagem, com isso, poderão identificar os pontos positivos e negativos dessa relação de família-alunos-professores-escola.

Foi respondido com êxito, o objetivo geral do presente estudo que era compreender a importância da família no processo de aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois a entrevista realizada com as mães apontou que estas estão comprometidas com a educação de seus filhos. Também foi respondido o problema de pesquisa, que questionava sobre quais as contribuições da família no processo de ensino aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na visão da família, no qual, as mães entrevistadas responderam que participam das reuniões de pais/responsáveis, eventos disponibilizados pela escola, auxílio nas tarefas de seus filhos, ensinamentos principais relacionados à comportamento, respeito, ética, dentre outros

A não contribuição dos pais/responsáveis na aprendizagem e na vida escolar dos filhos é um dos problemas reais identificados nas escolas atuais, porém, esta pesquisa demonstrou outro olhar, ou seja, de acordo com as mães entrevistadas é unânime a participação delas na aprendizagem dos filhos, no qual, apontaram participarem das reuniões de pais/responsáveis, dos eventos disponibilizados pela escola, acompanhamento dos cadernos em geral e principalmente das tarefas, mostraram-se mães responsáveis e persistentes em relação a vida escolar de seus filhos, mesmo que algumas não possuem Ensino Fundamental completo, essas solicitam ajuda dos filhos mais velhos, mas não deixam de auxiliar quando há dúvidas.

As entrevistadas também apontaram que frequentam ativamente as reuniões proporcionadas pela escola, nestes encontros, elas são orientadas sobre a forma que devem

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

auxiliar seus filhos nas tarefas, sendo que os assuntos debatidos são, comportamento, notas, higiene pessoal e desempenho escolar. Porém, todas as mães desta pesquisa ressaltaram em suas falas o comportamento, no qual, uma mãe expressou sua indignação a respeito das reclamações dos professores e relatou sobre a importância também dos elogios, pois sabemos que as críticas são construtivas, porém podem vir a contribuir para o afastamento dos membros familiares da escola. É necessário que professores e equipe escolar desenvolvam estratégias que enfatizem esta parceria, escola e pais colaborando em prol de uma educação de qualidade.

Em relação a questão sobre dificuldades de aprendizagem, a pesquisa de campo, apontou somente uma mãe com uma menina de 10 anos com deficiência mental leve, no qual foi diagnosticada pela professora já no primeiro ano do Ensino Fundamental e esta criança foi encaminhada ao neurologista, ao qual faz uso de medicamento e continua frequentando a escola regularmente, porém com suas limitações. De acordo com as respostas, nota-se que a psicopedagogia não está sendo muito explorado nas escolas, é importante sim o diagnóstico neurológico, porém o psicopedagógico também deve fazer parte desta parceria, em favor do desenvolvimento da criança com dificuldades de aprendizagem.

No final da entrevista, foi deixado livre para que as mães pudessem fazer sugestões em relação de melhorias para escola, apontaram que é necessário que a escola desenvolva estratégias para a participação eficiente dos pais, como por exemplo, alguns serviços voluntários em eventos e a comunicação efetiva por meio da troca de informações entre familiares e professores.

Não existe uma fórmula mágica para fazer com que permaneça a contribuição da família na aprendizagem das crianças, pois cada família e cada escola vivem realidades diferentes, essa interação é importante sim, para tal é necessário que seja construído coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando caminhos para a concretização desta parceria, mesmo que hajam diversidades e dificuldades, o diálogo promoverá uma maior aproximação deste relacionamento entre família e escola.

Com as respostas desta entrevista, percebeu-se que as mães estão caminhando em sentido às transformações que se fazem vitais, possibilitando dessa maneira várias formas

para que seus filhos desenvolvam sua aprendizagem. Este tema demonstrou relevância e merece que seja dado continuidade e mais aprofundamento de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9394/96**. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO/MEC, 2009.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre psicopedagogia clínica e institucional: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

SCOZ, Beatriz Judith Lima et al. **Psicopedagogia: contribuições para a educação pós-moderna**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho: UNIR, 2007.

TARGINO, Maria das Graças; SILVA, Evana Mairy Pereira de Araújo; SANTOS, Maria Fátima Paula dos. **Alfabetização e letramento: múltiplas perspectivas**. Teresina, PI: EDUFPI, 2017.

WOLFFENBUTTEL, Patrícia. Psicopedagogia: reflexões sobre história, teoria e prática. In: _____. (Org.). **Psicopedagogia: teoria e prática em discussão**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.